

DIÁRIO DO ACIONISTA

ANO IV • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 16 de setembro de 2020 • Nº 908 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Saúde & Medicina

Pandemia x estígio - CIEE busca alternativas para os jovens

PÁGINA 4

DENÚNCIA

Facebook sabia que perfis falsos afetavam eleições

Uma cientista de dados fez uma série de acusações contra o Facebook, onde trabalhava, apontando que a empresa de Mark Zuckerberg ignorou ou demorou a agir diante de evidências de que processos eleitorais em vários países estavam sendo influenciados por perfis falsos. Em um relatório que teve trechos divulgados pelo site BuzzFeed News, Sophie Zhang cita vários exemplos de como contas falsas, robôs e campanhas coordenadas foram utilizados na maior rede social do mundo para interferir em resultados políticos. "Nos três anos que passei no Facebook, descobri várias tentativas flagrantes de governos estrangeiros de abusar de nossa plataforma em grande escala para enganar seus próprios cidadãos", afirma a ex-funcionária. **PÁGINA 4**

ALERJ

Parecer sobre impeachment é fase decisiva para Witzel

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro dá mais um passo para o impeachment de Wilson Witzel (PSC) amanhã, quando será votado, em comissão especial, parecer pela admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade contra ele, na gestão de recursos destinados ao combate à pandemia. O deputado estadual Rodrigo Baccellar (Solidariedade) apresentou na segunda-feira passada relatório em que defende "autorização para prosseguimento do processo pela comissão mista (contra o governador afastado)". Se aprovado na comissão, o relatório irá a plenário na semana que vem. **PÁGINA 4**

EXPLORAÇÃO

Petrobras corta investimentos em R\$ 126 bi

A Petrobras decidiu cortar em até US\$ 24 bilhões (cerca de R\$ 126 bilhões, na cotação atual) seu plano de investimentos em exploração e produção de petróleo para os próximos cinco anos. O novo plano, aprovado na segunda-feira passada, tem foco ainda maior no pré-sal e amplia a venda de ativos em outras áreas. Segundo a estatal, a revisão reflete as menores projeções de preço do petróleo após o início da pandemia do novo coronavírus. No primeiro trimestre deste

ano, a empresa reduziu para entre US\$ 30 e US\$ 45 por barril suas estimativas de preços futuros, o que levou a uma perda de R\$ 65,3 bilhões no valor de seus ativos, com prejuízo de R\$ 48,5 bilhões no período. O plano de investimentos original previa US\$ 64 bilhões (cerca de R\$ 337 bilhões) para exploração e produção entre 2020 e 2024. Agora, a empresa fala entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões (R\$ 264,8 bilhões) entre 2021 e 2025. **PÁGINA 2**

FIM DO RENDA BRASIL

Cartão vermelho de Bolsonaro não afeta Guedes, mas pega secretário

MARCOS OLIVEIRA/AGENCIA SENADO



O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que desistiu de lançar o programa Renda Brasil, uma reformulação do Bolsa Família. Em vídeo nas redes sociais, o presidente ameaçou com "cartão vermelho" integrantes da equipe econômica que defenderem medidas como o corte de benefícios de aposentados e deficientes. "Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família. E ponto final", afirmou. Em entrevista, publicada na segunda-feira, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues (foto), chegou a dizer que a equipe econômica defende que benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, sejam desvinculados do salário mínimo. Na prática, a medida congelaria os benefícios, deixando-os sem reajustes. O ministro Paulo Guedes (Economia) tentou minimizar o desgaste na relação entre eles. "O cartão vermelho (de Bolsonaro) não foi para mim", declarou o ministro, sem citar se o futuro de integrantes da equipe econômica está comprometido por causa das propostas. Para a deputados bolsonaristas, a queda de Waldery poderia inclusive reduzir o desgaste de Guedes com o fim do Renda Brasil, uma vez que Waldery serviria como uma espécie de "bode expiatório" para o fracasso do plano. **PÁGINA 2**

QUEIMADAS

'Brasil pega fogo' e Mourão vê oposição ao governo no Inpe

ANTONIO CRUZ/ABRASIL



O vice-presidente Hamilton Mourão (foto) acusou ontem funcionários do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de fazer oposição ao governo federal. Segundo o general da reserva, dados positivos sobre a diminuição de focos de queimadas não são divulgados pela órgão, res-

ponsável pelos sistemas de monitoramento do desmatamento da floresta amazônica. "É alguém lá de dentro que faz oposição ao governo. Eu estou deixando muito claro isso aqui. Aí, quando o dado é negativo, o cara vai lá e divulga. Quando é positivo, não divulga", disse. **PÁGINA 3**

RACHADINHAS

Foro inédito ganha força no STF e ajuda Flávio

O foro especial concedido ao senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), que o próprio TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) reconheceu ser "inédito", completa 80 dias sem previsão de julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal). Relator do processo, o ministro Gilmar Mendes sinalizou a interlocutores que levará a discussão para a Segunda Turma do Supremo, mas ainda não definiu uma data para a análise do caso. Enquanto isso, a defesa do senador trabalha para convencer integrantes da corte a rever a jurisprudência de restrição do foro, e o presidente Jair Bolsonaro mantém relação próxima e evita brigas com Gilmar. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,02% / 100.297,91 / 23,39 / Volume: R\$ 25.107.970.302 / Quantidade: 3.218.536						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.045,00	IGP-M	2,74% (ago.)	EURO turismo			
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Ufir	R\$ 3,4211	IPCA	0,24% (ago.)	Compra: 6,3728	Venda: 6,5528	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	2,00%	0,07	Até 14/09/20	Compra: 5,2722	Venda: 5,2728	
SUZANO S.A. ON NM	48,89	+6,01	+2,77	ELETROBRAS ON N1	33,10	-3,70	-1,27	VALE ON NM	62,60	+1,11	+0,69	NASDAQ Composite	11.190,324	+1,21	
GERDAU PN N1	21,45	+5,77	+1,17	CIA HERING ON NM	18,98	-3,11	-0,61	PETROBRAS PN N2	21,67	-0,05	-0,01	Euro STOXX 50	3.332,26	+0,39	
GERDAU MET PN N1	9,62	+5,25	+0,48	COGNA ON ON NM	5,80	-3,01	-0,18	MAGAZ LUIZA ON NM	89,58	-0,80	-0,72	CAC 40	5.067,93	+0,32	
MINERVA ON NM	13,84	+4,30	+0,57	ELETROBRAS PNB N1	34,56	-2,43	-0,86	VIAVAREJO ON NM	18,55	+0,98	+0,18	FTSE 100	6.105,54	+1,32	
BRF SA ON NM	21,61	+4,19	+0,87	IRBRASIL REON NM	5,92	-3,27	-0,20	BRADESCO PN N1	20,48	-1,06	-0,22	DAX	13.217,67	+0,18	
									Poupança	0,12%	BM&F/grama	R\$ 330,00	Compra: 5,2878	Venda: 5,2884	
									TR (prefixada)	(16/9)	EURO Comercial		Compra: 6,2636	Venda: 6,2643	
										(29/8/2017)	0,0098	Compra: 6,2636	Venda: 6,2643	Compra: 5,3382	Venda: 5,5182

MERCADOS



Cartão vermelho de Bolsonaro afeta Bolsa que fecha estável

JÚLIA MOURA/FOLHAPRESS

A cotação do dólar fechou em leve alta de 0,24%, a R\$ 5,289, ontem, enquanto a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou estável, a 100.297 pontos, após cair 0,6% pela manhã, com o pronunciamento de Jair Bolsonaro. O dólar turismo está a R\$ 5,460.

Em suas redes sociais, o presidente disse que desistiu de lançar o programa Renda Brasil, uma reformulação do Bolsa Família, e ameaçou com "cartão vermelho" integrantes da equipe econômica que defenderem medidas como o corte de benefícios de aposentados e deficientes.

Parte do mercado viu a mensagem como uma ameaça ao ministro da Economia, Paulo Guedes, derrubando o Ibovespa, que subia 0,67% até então.

Com a indicativa do ministro de que o "cartão vermelho" não era para ele, o índice zerou as perdas, mas não conseguiu alavancar ganhos, permanecendo estável por boa parte do pregão.

"A reação do presidente foi política, correta", disse Guedes sobre a fala do presidente.

O episódio dividiu opiniões entre o mercado. Há quem veja o ministro fortalecido e quem o veja com menos espa-

ço no governo.

O fim do Renda Brasil, por outro lado, beneficiou os ativos mais relacionados à saúde fiscal do Brasil, como o risco-país. Ele funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação a economias, especialmente as emergentes, e é medido pelo desempenho do CDS (Credit Default Swap).

Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país, se ele cai, o recado é o inverso: sinaliza aumento da confiança em relação à capacidade de o país saldar suas dívidas.

Ontem, o CDS brasileiro de cinco anos caiu 1%, a 198 pontos, menor valor desde a última quarta-feira.

Nos Estados Unidos, o índice S&P 500 subiu 0,52% e Nasdaq, 1,21%. Dow Jones fechou estável.

Investidores aguardam a decisão do Fed (banco central americano), hoje. A expectativa é que a política monetária de apoio à atividade econômica seja mantida.

O mercado também repercutiu o quarto mês consecutivo de expansão da produção industrial nos EUA. Em agosto, ela cresceu 0,4%, abaixo da expectativa do mercado (1%). Em julho, a alta foi de 3%.

FIM DO RENDA BRASIL

GUSTAVO URIBE E BERNARDO CARAM/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que desistiu de lançar o programa Renda Brasil, uma reformulação do Bolsa Família.

Em vídeo nas redes sociais, o presidente ameaçou com "cartão vermelho" integrantes da equipe econômica que defenderem medidas como o corte de benefícios de aposentados e deficientes.

"Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família. E ponto final", afirmou.

Na gravação, o presidente ressaltou que foi surpreendido por manchetes de jornais, entre elas a da Folha, segundo a qual o governo planeja revisar cerca de 2 milhões de benefícios destinados a idosos e deficientes.

A medida, que vinha sendo estudada pela Economia e pela Cidadania, poderia gerar uma economia de R\$ 10 bilhões por ano. O objetivo seria endurecer a regulação dos critérios para recebimento do BPC (Benefício de

Prestação Continuada).

"Eu já disse há poucas semanas que jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos. Quem por ventura vier propor a mim uma medida como essa eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa", disse o presidente.

Bolsonaro ainda ressaltou que quem defende a proposta "não tem um mínimo de coração" e "um mínimo de entendimento" de como vivem os aposentados no Brasil. No Twitter, ele acrescentou que congelar aposentadorias e cortar auxílios é um "devaneio de alguém que está desconectado com a realidade".

"Pode ser que alguém da equipe econômica tenha falado sobre esse assunto. Pode ser. Mas, por parte do governo, jamais vamos congelar salários de aposentados, bem como jamais vamos fazer com que os auxílios para idosos e para pobres com deficiência sejam reduzidos para qualquer coisa que seja", afirmou.

Em entrevista, publicada na segunda-feira, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, chegou a dizer que a equipe

econômica defende que benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, sejam desvinculados do salário mínimo.

Na prática, a medida congelaria os benefícios, deixando-os sem reajustes. Esse congelamento abriria espaço no orçamento para financiar o programa Renda Brasil.

Antes mesmo da divulgação do vídeo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi chamado ao Palácio do Planalto para uma audiência com o presidente.

Ele adiou a participação em um evento para o encontro. Segundo assessores palacianos, a desistência do programa social foi o tema principal da reunião, que ocorreu em um clima de irritação.

Segundo relatos feitos à Folha, na reunião, Bolsonaro pediu a Guedes que assessores da equipe econômica evitem dar entrevistas à imprensa, para evitar novas polêmicas.

Um membro do alto escalão do governo avalia que o próprio Guedes teria planejado esse movimento com a intenção de convencer o governo sobre a necessidade de criar o imposto sobre

transações financeiras. Na avaliação dessa fonte, o ministro fez uma manobra política ao autorizar seu subordinado a lançar essa discussão sobre o congelamento de aposentadorias. O objetivo seria mostrar que o governo não tem recursos e precisa encontrar uma fonte para financiar os novos programas.

Após a decisão de Bolsonaro, Guedes determinou que sua equipe abandone a formulação do Renda Brasil e orientou que o foco agora seja dado à desoneração da folha de salários das empresas.

Diante das resistências no governo e no Congresso, Guedes quer acelerar a proposta que cria um novo programa de emprego desonerado. A medida, no entanto, também é criticada, porque viria acoplada à criação de um imposto sobre pagamentos aos moldes da extinta CPMF.

Incomodado com a repercussão da proposta que prevê o fim da correção de aposentadorias pela inflação, o ministro afirmou a interlocutores no início da manhã desta terça-feira que não haverá mais Renda Brasil.

Guedes tira corpo fora e cartão vermelho deve derrubar secretário

THIAGO RESENDE E GUSTAVO URIBE/FOLHAPRESS

Após o presidente Jair Bolsonaro desistir do programa Renda Brasil, que vinha sendo estudado pelo governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) tentou minimizar ontem o desgaste na relação entre eles.

"O cartão vermelho (de Bol-

sonaro) não foi para mim", declarou o ministro, sem citar se o futuro de integrantes da equipe econômica está comprometido por causa das propostas levantadas para bancar uma reformulação do Bolsa Família, que seria chamado de Renda Brasil.

Nos últimos dias, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, expôs a ideia de con-

gelar temporariamente o salário mínimo, por exemplo, por dois anos para reduzir despesas públicas e, assim, abrir espaço nos próximos Orçamentos para um novo programa social.

"A reação do presidente foi política, correta", declarou Guedes.

Para a deputados bolsonaristas, a queda de Waldery poderia inclusive reduzir o desgaste de

Guedes com o fim do Renda Brasil, uma vez que Waldery serviria como uma espécie de "bode expiatório" para o fracasso do plano.

Bolsonaro, no entanto, não pretende demitir o secretário, dizem assessores presidenciais. Ele, no entanto, espera que Guedes convença Waldery a se afastar do governo.

MINISTÉRIO

Economia: indústria e comércio devem ser motor da atividade

O governo manteve a projeção de queda para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2020 em 4,7% e vê os setores de indústria e comércio como motores da atividade no terceiro trimestre, após o impacto da pandemia do coronavírus no país. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, e deixam inalterada a previsão para o PIB divulgada anteriormente, calculada em maio e reiterada em julho.

A previsão continua mais otimista que a de mercado. A mediana do boletim Focus, elaborado pelo Banco Central a partir de expectativas de analistas, prevê que a economia neste ano tenha retração de 5,11% (uma semana antes, era de 5,31%).

A pasta considera que houve sinais de melhoria em indicadores recentemente. De acordo com a pasta, os dados sugerem forte retomada da atividade no terceiro trimestre, com a recuperação ganhando tração nos meses de julho e agosto. "A indústria e o comércio devem ser o motor da atividade no 3º trimestre, já o protagonismo dos serviços deverá ficar evidente nos últimos meses de 2020", afirma análise da pasta.

Para o terceiro trimestre, a projeção de crescimento do PIB é de queda de 4,9% em relação ao mesmo período de 2019. Já em relação ao trimestre imediatamente anterior, a expectativa é um avanço de 7,3%. Nos dados segmentados por setor, é projetado para a indústria um recuo

de 3,4% em relação ao ano passado e crescimento de 10,7% sobre o trimestre imediatamente anterior. Segundo os técnicos, os dados apontam para uma recuperação em forma de "V" para a indústria de transformação, com destaque para o setor automotivo, moveleiro e máquinas e equipamentos.

Para o setor de serviços, é calculado um recuo de 4,3% em relação aos mesmos três meses do ano anterior e crescimento de 7,8% quando comparado ao segundo trimestre, com destaque para o comércio. O setor de serviços é o que mais contrata no país, responsável por quase metade do mercado de trabalho formal. O setor agropecuário tem comportamento resiliente em toda a crise e é o único que terá avanço no terceiro trimestre na comparação com igual período de 2019, com crescimento de 1,7%. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, é projetado crescimento de 1,2%.

O Ministério também atualizou os dados esperados para a inflação, com elevação em todos os indicadores. A projeção para o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) em 2020 praticamente dobrou de 6,58% em julho para 13,02% agora. Esse índice tem uma abrangência maior do que apenas para o consumidor final, englobando também produtos agropecuários e do setor atacadista. A elevação nos preços do atacado, no entanto, não estão sendo observados nos índices finais para o consumidor do varejo.

EXPLORAÇÃO

Petrobras corta investimento e quer focar ainda mais no pré-sal

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A Petrobras decidiu cortar em até US\$ 24 bilhões (cerca de R\$ 126 bilhões, na cotação atual) seu plano de investimentos em exploração e produção de petróleo para os próximos cinco anos. O novo plano, aprovado na a segunda-feira passada, tem foco ainda maior no pré-sal e amplia a venda de ativos em outras áreas.

Segundo a estatal, a revisão reflete as menores projeções de preço do petróleo após o início da pandemia do novo coronavírus. No primeiro trimestre deste ano, a empresa reduziu para entre US\$ 30 e US\$ 45 por barril suas estimativas de preços futuros, o que levou a uma perda de R\$ 65,3 bilhões no valor de seus ativos, com prejuízo de R\$ 48,5 bilhões no período.

O plano de investimentos original previa US\$ 64 bilhões (cerca de R\$ 337 bilhões) para exploração e produção entre 2020 e 2024. Agora, a empresa fala em

US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões (R\$ 264,8 bilhões) entre 2021 e 2025.

Segundo a estatal, a redução se dará por meio de otimizações, postergações e cancelamentos de projetos, venda de ativos e impacto da desvalorização do real. Os valores finais do plano, incluindo a produção de petróleo esperada para o período, serão divulgados até o fim do ano, junto com o novo Plano Estratégico da empresa.

Os objetivos do corte de investimentos, diz a companhia, são priorizar projetos que se sustentem com petróleo a até US\$ 35 por barril e atingir a meta de redução de sua dívida bruta a US\$ 60 bilhões (R\$ 317 bilhões) - ao fim do segundo trimestre, eram US\$ 91 bilhões (R\$ 482 bilhões).

"A Petrobras reafirma seus pilares estratégicos e prosseguirá na sua execução com o objetivo de criação de valor sustentável para seus acionistas", disse a estatal, em nota

distribuída no fim da noite de segunda.

É o segundo corte de investimentos no governo Jair Bolsonaro. Em novembro de 2019, em sua primeira revisão sob o comando de Roberto Castello Branco, a empresa divulgou uma previsão de aportes 10% inferior à do plano anterior, elaborado no governo Michel Temer. Castello Branco acelerou ainda o processo de venda de ativos da estatal.

O pré-sal, que consumiria 59% dos investimentos no plano anterior, agora ficará com 71% dos recursos disponíveis. Maior descoberta de petróleo do país, o campo de Búzios vai concentrar, sozinho, 35% do total. Nesta terça (15), a Petrobras anunciou a contratação da sexta plataforma da área, que já é hoje a segunda maior produtora de petróleo do país.

A plataforma, chamada FPSO Almirante Tamandaré, será a maior a operar no Brasil, com capacidade para produzir 225

mil barris de petróleo por dia - os maiores da Petrobras hoje são de 180 mil barris por dia. Será construído pela holandesa SBM Offshore, em contratação direta, sem licitação.

A estatal justificou dizendo que monitora o mercado mundial e "neste momento, apenas a SBM tem capacidade de atender aos requisitos técnicos, operacionais e de disponibilidade da companhia". O início das operações da plataforma está previsto para 2024.

Para o analista da Ativa Investimentos Ivan Arbetman, a Petrobras segue tendência da indústria petrolífera diante das mudanças nos níveis de oferta e demanda. "Com a decisão, a companhia reafirma a postura diligente e objetiva em sua alocação de capital", disse.

Segundo ele, a redução de investimentos deve colocar a empresa mais perto de pagar dividendos "de forma mais robusta", já que facilita o atingimento da meta de redução da dívida.

DIÁRIO DO AÇONISTA

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 1313
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Av. Chedid Jafet 222, 5º andar -Torre D
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-065
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

BRASIL PEGA FOGO

Para justificar incompetência, Mourão cita oposição no Inpe

GUSTAVO URIBE/FOLHAPRESS

O vice-presidente Hamilton Mourão acusou ontem funcionários do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de fazer oposição ao governo federal.

Segundo o general da reserva, dados positivos sobre a diminuição de focos de queimadas não são divulgados pela órgão, responsável pelos sistemas de monitoramento do desmatamento da floresta amazônica.

"É alguém lá de dentro que faz oposição ao governo. Eu es-

tou deixando muito claro isso aqui. Ai, quando o dado é negativo, o cara vai lá e divulga. Quando é positivo, não divulga", disse.

O vice-presidente afirmou que dados oficiais mostram que, até o final de agosto, o país registrou 5 mil focos de incêndio a menos do que no mesmo período do ano passado.

"Eu recebo o relatório toda semana. Até dia 31 de agosto, nós tínhamos 5 mil focos de calor a menos do que 31 de agosto do ano passado, entre janeiro e agosto. Agora, o Inpe não divulga isso", criticou.

Ontem, dados do instituto mostraram que, nos primeiros 14 dias de setembro, já houve mais queimadas na floresta amazônica do que em todo o mês de setembro do ano passado. Foram 20.485 focos de calor foram registrados no bioma pelo programa Queimadas, do Inpe, contra 19.925 focos em todo o mês de setembro do ano passado.

Em três dias do mês, foram registrados mais de 2.000 focos de calor em cada um deles e setembro está com uma média de 1.400 queimadas por dia.

O mês, junto a agosto, é um dos mais críticos em questão de queimadas no bioma, historicamente, por se tratar do período seco na Amazônia. Desmatadores aproveitam esse momento menos úmido para queimar o material biológico que foi derrubado anteriormente.

O número de queimadas das duas primeiras semanas de setembro também já supera o total registrado de queimadas de setembro de diversos anos anteriores, como 2016, 2013, 2011 e períodos mais distantes, como 1998 e 1999.

RACHADINHAS

Foro inédito ganha força no STF, e demora da corte beneficia Flávio

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O foro especial concedido ao senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) (foto), que o próprio TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) reconheceu ser "inédito", completa 80 dias sem previsão de julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal).

Relator do processo, o ministro Gilmar Mendes sinalizou a interlocutores que levará a discussão para a Segunda Turma do Supremo, mas ainda não definiu uma data para a análise do caso.

Enquanto isso, a defesa do senador trabalha para convencer integrantes da corte a rever a jurisprudência de restrição do foro, e o presidente Jair Bolsonaro mantém relação próxima e evita brigas com Gilmar.

Reservadamente, uma ala do tribunal demonstra simpatia à tese que pode beneficiar Flávio e lembra que o tribunal até já tomou decisão parecida com o pedido do parlamentar.

A demora em julgar o tema é outro fator apontado nos bastidores como um indício de que há uma articulação para construir uma maioria em favor de Flávio.

O filho do presidente Bolsonaro é investigado pela suspeita de ter liderado uma associação criminosa para desviar parte dos salários dos servidores de seu gabinete como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, prática conhecida como "rachadinha". Flávio integrou o parlamento fluminense de 2003 a



ABRASIL

2018 e teve Fabrício Queiroz, hoje preso, como uma espécie de chefe de gabinete.

O debate no STF sobre a situação judicial de Flávio gira em torno do que é chamado de "mandatos cruzados", que discute casos em que políticos trocam de função, mas se mantêm em um cargo com a prerrogativa de foro.

A controvérsia chegou ao Supremo após o Ministério Público do Rio de Janeiro recorrer da decisão tomada em junho pela 3ª Câmara Criminal do TJ-RJ de tirar a investigação contra Flávio da primeira instância.

Como os fatos investigados ocorreram quando ele era deputado estadual, os desembargadores entenderam que o processo deve ser conduzido pelo órgão especial do TJ-RJ, responsável por apurar delitos de parlamentares estaduais.

O MP-RJ, no entanto, alega afronta à jurisprudência do STF, que, em maio de 2018, restringiu o foro a crimes cometidos durante o mandato e relacionados à função pública.

Caso o STF confirme a concessão de foro ao senador, poderá ganhar força a tese de anulação das provas colhidas quando a investigação estava sob responsabilidade do juiz primeira instância Flávio Itabaiana.

O ministro Felix Fischer, relator do caso no STJ (Superior Tribunal de Justiça), já rejeitou duas contestações do senador às provas, quando o advogado do parlamentar era Frederick Wassef.

O julgamento dos recursos da defesa contra os despachos monocráticos (individuais) de Fischer estava marcado ontem, mas o caso foi retirado de pauta. Ainda não há nova data para análise.

Após a saída de Wassef, o advogado Rodrigo Roca assumiu a defesa do filho do presidente e questionou a competência do juiz Flávio Itabaiana, sem tratar dos elementos colhidos até aqui. Nada impede, contudo, que isso seja suscitado em um segundo momento se for confirmada a condução das investigações na segunda instância.

O órgão acusador afirma que o processo deve correr em primeiro grau pelo fato de Flávio já ter deixado o cargo de deputado. Mas a Segunda Turma do Supremo, que deve analisar o caso, já deu uma decisão similar ao que pede o senador.

O colegiado rejeitou o envio à primeira instância de uma investigação contra Gleisi Hoffmann (PT-PR) e manteve o tratamento diferenciado a ela mesmo tendo trocado o cargo de senadora, que ocupava na época do suposto delito, pelo de deputada.

A diferença dos processos é que ambos os mandatos de Gleisi atraem a competência do STF. No caso de Flávio, ele saiu da condição de deputado estadual, para a qual a responsabilidade de julgamento é do TJ-RJ em segunda instância, e se tornou senador, que fica no Supremo.

O desejo de Flávio é que o STF mantenha o entendimento da 3ª Câmara Criminal do TJ-RJ e assegure o foro relativo ao mandato anterior. Assim, o senador escapa do juiz Flávio Itabaiana, que vinha conduzindo o processo em primeira instância e é considerado um magistrado da ala "punitivista" da Justiça.

Uma decisão em favor do senador poderia até forçar uma discussão mais ampla no plenário sobre o tema. A PGR (Procuradoria-Geral da República), inclusive, defendeu a rejeição do recurso da Promotoria e afirmou que deve haver uma mudança de entendimento sobre o tema no STF.

ENSINO MÉDIO

Rede estadual avança no Ideb e mantém posição em ranking

A rede estadual de educação de São Paulo avançou na qualidade do ensino médio entre 2017 e 2019 e manteve a quinta posição no ranking no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal instrumento de avaliação da área.

O resultado parece atrasar a promessa de campanha do governador João Dória (PSDB) de fazer o estado retomar a liderança em 2021.

Parte dos resultados do Ideb foi divulgada ontem pelo governo Jair Bolsonaro. O indicador, principal termômetro da educação brasileira, é calculado a cada dois pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC (Ministério da Educação).

São levados em conta no Ideb o desempenho de estudantes em avaliação de matemática e língua portuguesa, chamada Saeb, e as taxas de aprovação escolar. A avaliação federal é feita ao fim de três etapas: anos iniciais (5º ano) e finais (9º ano) do ensino fundamental e ainda o ano final do ensino médio.

Até 2015 na liderança do indicador de qualidade nas três etapas da educação básica do país, São Paulo ficou em quinto lugar na avaliação do ensino médio entre as redes estaduais - atrás de Goiás, Espírito Santo, Pernambuco e Paraná. Com esse resultado, o estado se mantém na mesma posição de 2017.

Naquele ano, São Paulo e Rondônia tiveram o mesmo Ideb de 3,8, mas o segundo apresentou notas maiores no desempenho dos estudantes - esse resultado é considerado critério de desempate.

A nota de São Paulo passou de 3,8, em 2017, para 4,3, no ano passado - índice que era a meta a ser alcançada quatro anos antes. Para 2019, o previsto era alcançar 4,9.

O avanço de 0,5 ponto no Ideb de São Paulo para essa etapa foi importante, já que, na avaliação anterior, a nota havia caído de 3,9 para 3,8. No entanto, o Paraná, que ocupou o lugar da rede estadual paulista, deu um salto de 0,7 ponto - o maior entre todos os estados.

"Conseguimos alterar a trajetória do estado, com o maior crescimento da história para o ensino médio paulista. É preciso levar em conta também o tamanho da rede de São Paulo em comparação aos outros estados. Somos a maior rede, por isso, o desafio é muito maior", disse Rossieli Soares, secretário estadual de Educação.

São Paulo conseguiu avançar nos três indicadores do ensino médio que compõem o Ideb.

Houve melhora no desempenho dos estudantes nas duas disciplinas avaliadas. A média de matemática passou de 263,13 para 273,45. Em língua portuguesa, foi de 265,94 para 279,12.

Nesse nível de desempenho, os estudantes da rede paulista ainda têm dificuldade com cálculos de probabilidade em problemas simples e em localizar informação implícita em reportagens e artigos.

A responsabilidade pelo ensino médio é prioritariamente dos governos estaduais. Em São Paulo, das mais de 1,5 milhão de matrículas nessa etapa, 83% estão na rede estadual. A rede privada, que também não consegue alcançar a meta, tem 16,13% dos alunos. As escolas municipais e federais concentram apenas 0,8% dos estudantes.

A principal aposta do governo Dória até o momento para melhorar a qualidade do ensino médio paulista foi uma mudança curricular, já determinada em lei nacional em 2017. O novo currículo permitirá aos estudantes a partir do próximo ano escolher as matérias com as quais mais se identificam - serão 12 opções de curso.

Segundo Soares, outra ação da pasta será na ampliação do número de escolas em tempo integral para os próximos anos. "Em geral no Brasil, as escolas de tempo integral têm tido resultados melhores, mesmo aquelas em lugares de vulnerabilidade socioeconômica maior. Estamos trabalhando para avançar no tempo integral em São Paulo", disse.

Especialistas e os próprios dados do Ideb indicam que as falhas na qualidade do ensino médio pesam mais pelas deficiências acumuladas nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), onde a rede estadual também não consegue atingir as metas desde 2015.

Nessa etapa, a rede paulista lidera o ranking ao lado de Goiás, ainda que não tenha conseguido alcançar a meta de 5,5. Para os anos finais do ensino fundamental a nota de São Paulo passou de 4,8 para 5,2. As escolas estaduais são responsáveis por quase 60% das matrículas nessas séries.

A única etapa em que a rede paulista se mantém acima da meta é nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano). A nota passou de 6,5 para 6,6 - 0,3 ponto além da meta estabelecida para 2019. Nessas séries, no entanto, o estado é responsável por apenas 25% das matrículas.

EDUCAÇÃO

Ensino fundamental público melhora no Ideb e reduz abismo com rede privada

ISABELA PALHARES E PAULO SALDAÑA/FOLHAPRESS

As redes públicas de ensino fundamental do país mantiveram o ritmo de avanço no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2019, enquanto a rede privada ficou estagnada. A melhora reduz o abismo de desigualdade entre as escolas, ainda que a diferença se mantenha em mais de um ponto na nota.

Parte dos resultados do Ideb foi divulgada ontem pelo governo Jair Bolsonaro. O indicador, principal termômetro da educação brasileira, é calculado a cada dois anos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC (Ministério da Educação).

São levados em conta no Ideb o desempenho de estudantes em avaliação de matemática e língua portuguesa, chamada Saeb, e as taxas de aprovação es-

colar. A avaliação federal é feita ao fim de três etapas: anos iniciais (5º ano) e finais (9º ano) do ensino fundamental e ainda o ano final do ensino médio.

Desde 2007, a rede pública brasileira consegue superar a meta estabelecida para os anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano). Na média do país, elas passaram de 5,5, em 2017, para 5,7, no ano passado - a meta era de 5,5. Nas particulares, o índice se manteve estável em 7,1 - abaixo da meta, que era de 7,4.

Ainda assim, os dados indicam que 31% das escolas municipais, onde está a maior parte das matrículas dos anos iniciais, têm Ideb inferior a 4,9, ou seja, abaixo da meta.

A secretária de Educação Básica do MEC (Ministério da Educação), Izabel Lima Pessoa, disse que a pasta quer ter um olhar especial para os anos finais do ensino fundamental.

"Nossa equipe já tem preocupação com fundamental 2, a gente precisa começar esse trabalho com fundamental 2 de modo que nosso estudantes possam chegar ao ensino médio e estancar a questão da evasão", disse ela nesta terça-feira (15) durante entrevista para apresentar os dados no Inep, em Brasília.

Segundo Luiz Garcia, presidente da Undime (órgão que reúne os secretários municipais de Educação), a grande diversidade de realidades no país traz desafios particulares para o sistema educacional.

"Temos municípios de alto Ideb que já enfrentam desafio de avançar, o que indica que precisamos repensar aquilo que temos", disse ele, presente na entrevista.

As redes públicas de São Paulo (incluindo escolas estaduais e municipais) lideram o indicador nessa etapa, com nota 6,5. Se-

guem-nas as redes públicas do Paraná, com 6,4.

Para os anos iniciais, só não atingiram a meta estabelecida para o ano passado as redes públicas de Roraima, Amapá, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Nos anos finais (do 6º ao 9º ano), o Ideb das públicas do país passou de 4,4 para 4,6, no mesmo período - sem conseguir alcançar a meta estabelecida em 5. Na rede privada, a nota ficou estagnada em 6,4 - também abaixo da meta de 7,1.

Para essas séries, só sete estados conseguiram alcançar as metas estabelecidas para o ano passado: Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraná e Goiás.

Ainda que lidere o ranking para essas séries nas redes públicas, com Ideb de 5,2, São Paulo não atingiu a meta de 5,6 para 2019.

INTERIOR

Sorocaba anuncia que fará rodízio de água

O município de Sorocaba (105 km de SP) irá iniciar um rodízio de água a partir de amanhã. Anunciada no início da semana pelo Sae (autarquia que opera o serviço de água e esgoto na cidade), a medida é decorrente do aumento no consumo e da falta de chuvas na região. Cerca de 52 mil pessoas deverão ser afetadas pelo racionamento.

Segundo o Sae, o consumo de água no município chegou a superar em 50% o nível de considerado normal pela empresa. Desde o início da pandemia da Covid-19, a utilização média dos recursos hídricos subiu 20%.

Além disso, as represas do sistema Castelinho/Ferraz, que abastecem a cidade, estão operando com volume de armazenamento entre 18% e 20%. A autarquia informa que os reservatórios estão "com declínio diário, resultado da redução drástica dos índices pluviométricos",

principalmente nos meses entre julho e setembro.

Ainda de acordo com a companhia, "se não forem tomadas ações neste momento, os dois mananciais correm o risco de chegar a um ponto crítico, impossibilitando a captação". A empresa sustenta que "não há previsão, pelo menos em curto prazo, de precipitações em volume significativo, que permitam a recuperação" da situação das represas.

O racionamento irá atingir os moradores dos bairros Éden, Caju, Aparecidinha e Zona Industrial. O rodízio funcionará da seguinte maneira: 12 horas de abastecimento normal e 12 horas de interrupção.

O Sae informa que a área afetada será dividida em três grupos. Os bairros do Éden e Aparecidinha receberão água entre 6h e 18h e terão corte das 18h às 6h.



Saúde & Medicina

Pandemia x estágios – CIEE busca alternativas para os jovens

O trabalho do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) é reconhecido nacionalmente, por colocar no mercado de trabalho milhares de jovens anualmente. Mas com a pandemia do novo coronavírus, decretada em março, houve queda acentuada nas contratações de aprendizes em todo o país. Para tentar reverter esta situação preocupante, a instituição tem buscado formas de atender o grande contingente de adolescentes, que buscam a sua primeira oportunidade de emprego. Uma proposta de Medida Provisória, baseada na Lei da Aprendizagem, foi enviada ao governo federal, com a perspectiva de geração de até 400 mil vagas em todo o País.

O objetivo é que a União auxilie no pagamento dos salários de aprendizes de pequenas e médias empresas. Como esta modalidade prevê a contratação dos jovens por cerca de dois anos, e custa por volta de R\$ 30 mil reais às empresas, se o governo arcasse com 50% deste valor seria possível a criação das vagas previstas para jovens entre 14 e 24 anos. Espera-se que haja sensibilidade da parte dos governantes, e que a Medida Provisória receba a devida atenção que merece, levando-se em conta que o custo é ínfimo, e o retorno será altamente positivo para a economia brasileira, no período pós-pandemia.

Chamou também a atenção de todos uma petição online lançada pela aprendiz maranhense Manuela Bernardino, de 20 anos, que passou a cobrar uma resposta do Ministério da Economia para o pedido do CIEE Nacional. A sua intenção é reunir o número simbólico de 400 mil assinaturas favoráveis à MP. Lançada no dia 7 de julho, em três dias, a campanha teve a adesão de mais de 13 mil simpatizantes. No final de agosto, o documento já contava com a solidariedade de mais de 75 mil pessoas. Segundo a aprendiz, é preciso levar em conta que a maioria dos jovens aprendizes ajuda nas despesas caseiras, e que muitos pagam as suas faculdades. Sem falar que, em alguns casos, a renda do aprendiz é a única do universo familiar.

Lembramos que as atividades presenciais e a capacitação de aprendizes estão suspensas no CIEE, como medida de prevenção contra o novo coronavírus. Estão sendo cumpridos todos os protocolos de órgãos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e também as orientações das secretarias municipais e estaduais de Saúde, e do Ministério da Saúde. Os jovens têm realizados cursos online e recebem acompanhamento das equipes de orientadores e assistentes sociais de maneira remota.

Aqui no Rio de Janeiro, o CIEE-Rio é presidido pelo professor Arnaldo Niskier, e tem como Superintendente Geral, Paulo Pimenta. Em atenção às orientações das autoridades que controlam as ações dos Programas de Aprendizagem no Estado do Rio de Janeiro, o retorno da capacitação teórica presencial dos aprendizes estão inicialmente previstas para o dia 19 de outubro. Mesmo assim, as equipes continuam com ações desenvolvidas em função dos aprendizes, utilizando os recursos do sistema home office. A participação tem sido maciça por parte dos aprendizes, e vale a pena destacar o esforço louvável dos assistentes de desenvolvimento profissional da entidade, apresentando o melhor dos conteúdos nesse momento difícil. O CIEE-Rio conta também com o apoio das empresas que, sensibilizadas pelas dificuldades por que passam os aprendizes, estão mantendo os contratos ativos, apoiando tanto os jovens como suas famílias.

Mesmo com todos esses problemas, o CIEE-Rio tem oferecido vagas de estágio e jovem aprendiz para estudantes de diversas áreas. As oportunidades são de níveis superior e médio, nas unidades de Barra Mansa, Campos, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro, Teresópolis e Três Rios.

Luiz Paulo Silva
Jornalista

DENÚNCIA

Facebook sabia que perfis falsos manipulavam eleições no Brasil e no mundo

Uma cientista de dados fez uma série de acusações contra o Facebook, onde trabalhava, apontando que a empresa de Mark Zuckerberg ignorou ou demorou a agir diante de evidências de que processos eleitorais em vários países estavam sendo influenciados por perfis falsos.

Em um relatório que teve trechos divulgados pelo site BuzzFeed News, Sophie Zhang cita vários exemplos de como contas falsas, robôs e campanhas coordenadas foram utilizados na maior rede social do mundo para interferir em resultados políticos.

"Nos três anos que passei no Facebook, descobri várias tentativas flagrantes de governos estrangeiros de abusar de nossa plataforma em grande escala para enganar seus próprios cidadãos", afirma a ex-funcionária.

O Brasil está entre os mencionados no documento. Segundo Zhang, ela e seus colegas removeram 10,5 milhões de reações falsas e perfis de seguidores de políticos de destaque no Brasil e nos Estados Unidos nas eleições de 2018.

Naquele ano, os americanos escolheram congressistas, e o Brasil elegeu o presidente Jair Bolsonaro. A cientista afirma que as operações de influência e manipulação na rede envolveram "políticos importantes de todas as convicções no Brasil".

Embora o Facebook tenha criado uma "sala de guerra" com o objetivo declarado de identificar essas operações nas eleições de 2018, Zhang diz que nem todos os detalhes chegaram ao conhecimento público.

Segundo ela, os anúncios regulares que a empresa faz acerca de remoções de contas e publicações com conteúdo falso ou manipulado são seletivos e incompletos.

Além de Brasil e EUA, países como Índia, Espanha, Bolívia, Equador, Ucrânia, Honduras e Azerbaijão também tiveram problemas apontados por Zhang.

Na Índia, ela conta que trabalhou para remover "uma rede politicamente sofisticada de mais de mil atores trabalhando para influenciar" eleições no in-

ício do ano, em Déli. No ano passado, reportagem da Folha de S.Paulo explicou como "guerreiros digitais" ajudaram o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, a ganhar as eleições.

Na Espanha, Zhang ajudou a remover 672 mil contas falsas criadas para propagar conteúdo favorável ao Ministério da Saúde em meio à crise causada pelo coronavírus no país, que à época registrava alguns dos piores índices de contaminação e mortes pela Covid-19.

A ex-funcionária de Zuckerberg relata que, apesar de não ocupar um alto cargo na hierarquia do Facebook, tinha bastante autonomia para investigar atividades suspeitas na rede em diversos países.

"Eu tomei decisões que afetaram presidentes nacionais sem supervisão, e adotei medidas contra tantos políticos proeminentes em todo o mundo que perdi a conta", diz.

Segundo a reportagem do BuzzFeed News, entretanto, algumas dessas decisões afetaram a saúde de Zhang e hoje a fazem carregar dúvidas sobre sua possível culpa nos eventos ocorridos nos países sob investigação.

A cientista de dados conta que, na Bolívia, identificou "atividades inautênticas" – termo técnico utilizado pela equipe do Facebook para se referir ao uso de múltiplas contas falsas com o objetivo de disseminar conteúdo ou aumentar interações na rede – em apoio a um candidato presidencial da oposição em 2019.

Segundo ela, o Facebook prioriza os EUA e a Europa e, por isso, ela não tomou nenhuma atitude contra a situação na Bolívia. Meses depois, a política boliviana entrou em uma turbulência que levou o presidente Evo Morales a renunciar e gerou uma onda de protestos que provocou dezenas de mortes.

Situação semelhante ocorreu no Equador, onde, de acordo com Zhang, também houve atividades inautênticas de apoio ao governo que ela decidiu não priorizar. Agora, recém-demitida do Facebook, ela se pergunta sobre os efeitos de sua omissão na resposta do governo equatoriano

–considerada ineficiente– à pandemia de coronavírus.

"Tomei inúmeras decisões nesse sentido –do Iraque à Indonésia, da Itália a El Salvador", conta Zhang em seu relatório. "Embora eu tenha tomado a melhor decisão que pude com base no conhecimento disponível na época, no final fui eu que tomei a decisão de não forçar mais ou priorizar mais cada caso, e eu sei que tenho sangue nas mãos agora."

No início de setembro, o Facebook anunciou que vai suspender a publicação de anúncios políticos na semana que antecede as eleições nos EUA. A medida faz parte de um plano de ações da empresa que, segundo Zuckerberg, tem como objetivo a redução de riscos de desinformação e de interferência eleitoral.

Segundo Zhang, porém, a rede se preocupa mais com questões que possam prejudicar sua imagem pública do que com problemas do mundo real. A ex-funcionária conta que participou de uma reunião em que foi informada que qualquer denúncia publicada pelos jornais americanos New York Times e Washington Post deveria ser priorizada.

Quando pediu que o Facebook aumentasse os esforços para impedir interferências em eleições e atividades políticas, a resposta da empresa, segundo Zhang, foi que "os recursos humanos são limitados" e que os serviços da cientista de dados não seriam mais necessários se ela se recusasse a parar de se concentrar na análise de possíveis manipulações de viés político.

Demitida, ela diz que se ofereceu para trabalhar como voluntária até o fim das eleições americanas, mas a oferta foi recusada. Ainda assim, incentivou que seus colegas permanecessem na empresa para "consertá-la por dentro".

"Mas vocês não vão nem deveriam precisar fazer isso sozinhos", diz Zhang. "Encontrem outras pessoas que compartilham de suas convicções e valores para trabalhar nisso juntos. O Facebook é um projeto muito grande para uma única pessoa consertar."

EUROPA

Socorro alemão a refugiados reabre debate sobre imigração

ANA ESTELA DE SOUSA
PINTO/FOLHAPRESS

A notícia de que o governo alemão planeja receber 1.500 imigrantes que estão na ilha grega de Lesbos antecipou a discussão sobre políticas de imigração na União Europeia.

A Comissão Europeia (Poder Executivo da UE) decidiu antecipar para a próxima semana a apresentação de uma nova proposta de política de imigração e asilo para o bloco, que reúne 27 países.

Os planos patinam desde 2015, quando mais de 2 milhões de pessoas entraram no continente fugindo de conflitos em seus países.

Parte deles acabou bloqueado em ilhas gregas, como Lesbos, onde um incêndio destruiu quase todo o campo de Moria, no último dia 9.

Maior campo da UE, Moria abrigava o quádruplo de sua capacidade: eram mais de 13 mil imigrantes, dos quais 4.000 crianças. A maioria está dormindo ao relento desde que o local foi queimado.

Em resposta à proposta alemã, a Grécia prometeu tirar todos os refugiados de Lesbos e

transferi-los para o continente até o começo de abril de 2021.

O ministro da Proteção Civil, Michalis Chrysochoidis, disse ao jornal britânico The Guardian que os planos serão acelerados, com metade das transferências até o Natal, e a outra metade, "até a Páscoa", que no ano que vem será em 4 de abril.

Segundo o governo grego, o incêndio em Moria foi causado pelos imigrantes, em protesto contra a quarentena imposta para impedir a transmissão de coronavírus. Há vários anos, organizações de direitos humanos denunciavam as más condições de Moria.

A nova oferta de receber imigrantes, negociada pela chanceler alemã, Angela Merkel, e pelo ministro do Interior, Horst Seehofer, soma-se à promessa feita na semana passada de receber até 150 menores de idade desacompanhados.

A ideia agora é trazer famílias com filhos, segundo a mídia do país. A agência alemã DPA afirmou que a proposta já foi discutida com o governo grego, e a Alemanha receberá imigrantes já reconhecidos como refugiados na Grécia.

Segundo o Ministério da Proteção Civil, cerca de 70% dos re-

ferentes de asilo de Lesbos são afegãos, que devem receber o status de refugiados, o que lhes permite mudar para outros países da União Europeia.

Merkel ainda precisa, porém, da aprovação dos sociais-democratas (SPD), que integram a coalizão governista e defendem que o país eleve sua oferta para ao menos 5.000 imigrantes.

No ano passado, quase 60 cidadãos alemães já haviam proposto receber imigrantes do campo, mas o governo barrou as viagens. Merkel defendeu que, em vez disso, a UE deveria elevar a ajuda à Grécia.

A iniciativa alemã deve reanudar o debate sobre a política de imigração na União Europeia que irrompeu em 2015.

Naquele ano, Merkel abriu o país para cerca de 1 milhão de pessoas que fugiam de conflitos na Síria, no Afeganistão e em outros países da Ásia e da África, decisão que lhe tirou popularidade e permitiu o avanço do partido de ultradireita AfD.

Na mesma época, governos europeus como os da Hungria e da Polónia se recusaram a acolher imigrantes, provocando o impasse na política comum do bloco para a área.

ALERJ

Parecer sobre impeachment é fase decisiva para Witzel

CATIA SEABRA/FOLHAPRESS

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro dá mais um passo para o impeachment de Wilson Witzel (PSC) amanhã, quando será votado, em comissão especial, parecer pela admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade contra ele, na gestão de recursos destinados ao combate à pandemia. O deputado estadual Rodrigo Bacellar (Solidariedade) apresentou na segunda-feira passada relatório em que defende "autorização para prosseguimento do processo pela comissão mista (contra o governador afastado)".

Se aprovado na comissão, o relatório irá a plenário na semana que vem. Mantida a tendência pela aprovação, por ao menos dois terços dos votos, a Assembleia renovará o afastamento de Witzel, dando início a um julgamento em tribunal misto, composto por cinco deputados e cinco desembargadores e comandando pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Ainda que Witzel já tenha sido afastado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) por 180 dias, a decisão dos deputados poderá abrir caminho para o afastamento definitivo.

Bacellar afirmou que a gravidade dos fatos e a estreita ligação de Witzel com envolvidos em irregularidades, "em que pesem as agruras advindas de um processo de impeachment", fazem com que o prosseguimento do processo seja "o caminho mais benéfico para o estado". O próprio Bacellar é, porém, apontado como participante de esquema de corrupção. Ele foi descrito pelo ex-secretário de Saúde e delator Edmar Santos como coordenador do esquema para direcionar recursos a determinados municípios em busca de apoio de deputados ao governo.

Além de dividendos políticos aos investigados, a PGR (Procuradoria-Geral da República) suspeita de desvio nas prefeituras em favor desses membros da Assembleia.

O ex-secretário disse à PGR que foi Bacellar quem contou a ele que o repasse às prefeituras renderia propinas. Edmar declarou que se reuniu com o presidente da Assembleia, André Ceciliano (PT), para discutir a distribuição da verba. A Procuradoria pediu realização de busca e apreensão em endereços ligados a Bacellar, mas Benedito Gonçalves, do STJ, não autorizou. Em 28 de agosto, Gonçalves ordenou o afastamento de Witzel para cessar supostas atividades de corrupção e lavagem.

A denúncia apresentada pela PGR afirma que Witzel utilizou-se do cargo para estruturar uma organização criminosa, na qual fornecedores do estado teriam pago R\$ 554.236,50 em propinas ao escritório de advocacia de sua esposa, Helena Witzel. Os investigadores afirmam que, a partir da eleição de Witzel, estruturou-se uma organização dividida em três grupos, representados por quatro empresas, que disputavam o poder no governo mediante o pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos.

Essas empresas e seus fornecedores, segundo a PGR, abasteciam uma "caixinha de propina" para os envolvidos.

Segundo o MP, os empresários firmavam contratos fictícios com o escritório de Helena, o que permitia a transferência indireta de valores pagos por empresários a Witzel. Em sua delação, Edmar afirmou que os recursos desviados da Saúde iam para um caixa único e um montante de 20% era destinado ao governador; outros 20% eram destinados ao Pastor Everaldo, presidente nacional do PSC.

AGÊNCIA EFE S.A.
CNPJ nº 33.959.164/0001-08

RETIFICAÇÃO: Atendendo ao recebimento da notificação nº2020/044460 do CRC – RJ, ressalvamos para fins das publicações no dia 10/07/2018, referentes à empresa AGÊNCIA EFE S/A – CNPJ 33.959.164/0001-08, onde lê-se "CONTADOR", leia-se "TÉCNICO EM CONTABILIDADE". O responsável pela assinatura dos Balanços e Demonstrações da referida empresa é o CONTADOR Marco Antonio dos Reis Gomes CRC-RJ 52.507/O-4. A ressalva aplica-se também às publicações datadas 08/06/2017 e 16/04/2019.